

Prazos de elaboração

por Arnolfo Carvalho
de Brasília

A maior preocupação da Secretaria de Planejamento (Seplan) com a substituição de sua proposta por um projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias da própria Comissão Mista de Orçamento não é com seus efeitos sobre as contas públicas em 1990, considerados positivos, mas sim com a dificuldade de se elaborar o orçamento da União muito mais complexo do que o atual, em apenas dois meses.

O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Pedro Pullenn Parente, disse ontem que o projeto preparado pelo relator da Comissão, deputado José Serra (PSDB-SP), está na mesma linha da proposta do executivo.

Parente considerou "exce-lente" a vinculação de certas despesas com a existência de

fontes de recursos, concor-dando também com a preocu-pação em preservar investi-mentos prioritários. Se o Con-gresso não aprovar o orça-mento até o final dos tra-balhos deste ano, os parlamen-tares não poderão entrar de recesso. Caso a situação per-sista até janeiro, o Executivo poderá iniciar a realizaçāo de despesas prioritárias, confor-me a proposta do relator.

A comissão votará o projeto na terça-feira e o plenário do Congresso terá de votar a ma-téria até o dia 30. O Executivo deve apresentar sua proposta do orçamento geral da União até o final de agosto, prazo considerado exiguo mas que terá de ser cumprido. O Legis-lativo terá então pelo menos três meses para discutir e emendar o projeto, mas sem alterar o que estiver disposto na Lei de Diretrizes.